

Agosto 2004

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1	Redução da Pobreza e Economia	1
1.1	Parlamento aprova leis de terras e do sector petrolífero	1
1.2	Taxa de inflação em Julho de 1,45 pc, acumulada de 19,93 desde Janeiro	1
1.3	BP investe USD 8 biliões em Angola até 2010	2
1.5	Recursos minerais do país podem contribuir para redução da pobreza	2
1.4	Tele-Alimento traça programa para acudir vítimas da fome	3
2.0	HIV/SIDA	4
2.1	Angola defende criação do fundo regional para o HIV/SIDA	4
2.2	SIDA em Angola	4
2.3	Vacina para Sida custa mais de um bilião de euros/ano	5
3.0	MERCADO INFORMAL	6
3.1	O grande descuido da Política Económica	6
4.0	GOVERNAÇÃO	7
4.1	MPLA aprova calendarização das tarefas eleitorais no país	7
4.2	UNITA elogia MPLA	7
4.3	MPLA propõe eleições para Setembro de 2006	7
4.4	«Lobbies» angolanos nos EUA custam 10 mil dólares por dia	9
4.5	Pequenos partidos querem ainda 2ª volta das eleições presidenciais de 92	10
5.0	SERVIÇOS BÁSICOS	12
5.1	34% da população urbana não tem acesso à água potável	12
5.2	URBANA 2000 volta a limpar Luanda	12
5.3	Luanda sob emergência sanitária	12
5.4	Tudo sobre como o poder escorraçou Urbana de Luanda	13
5.5	Campanha de limpeza sensibiliza duas mil pessoas na Samba	14
6.0	SITUAÇÃO HUMANITARIA	15
6.1	Margareth Anstee deplora indiferença sobre Conferência de Doadores	15
6.2	Mais de 200 refugiados chegaram a Luanda	15
6.3	Angola pede ajuda da África do Sul para conferência de doadores	16
6.4	Tele-Alimento traça programa para acudir vítimas da fome	16
7.0	TERRA E HABITAÇÃO	17
7.1	Governo homologa Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo	17
7.2	Parlamento aprova Lei de Terras	17
7.3	Comissão de Gestão apresentou programa de requalificação dos bairros operários e Sambizanga	18
7.4	Rede-terra defende legalização de terrenos	18

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Parlamento aprova leis de terras e do sector petrolífero

Angop...11-08-2004

A Assembleia Nacional aprovou terça-feira as propostas de leis de terras e do sector petrolífero, após apreciação, na generalidade, durante cerca de quatro horas.

A proposta de Lei de Terras foi aprovada com 116 votos a favor, 59 contra e cinco abstenções, tendo recebido, antes, o parecer favorável da primeira e quarta comissões, que nela trabalharam. A UNITA, o PLD e a FNLA produziram, em separado, uma declaração de voto, na qual qualificam a aprovação do projecto como inoportuna.

Mas pacífica foi a votação das propostas do pacote legislativo do sector petrolífero. A proposta de Lei Reguladora das Actividades Petrolíferas recebeu votação favorável de 178 deputados, dois votos contra e uma abstenção. Com 177 votos favoráveis, três contra e uma abstenção, os parlamentares aprovaram a proposta de Lei do Regime Aduaneiro do Sector Petrolífero. À proposta de Lei sobre a Tributação das Actividades Petrolíferas, 175 deputados votaram favoravelmente, quatro opuseram-se e dois optaram pela abstenção. As três leis do sector petrolífero mereceram igualmente uma declaração de voto por parte da UNITA, exigindo a aprovação de um diploma que obrigue o Governo a prestar contas sobre as receitas dos petróleos.

A sessão plenária extraordinária prosseguiu à tarde, com a apreciação de um Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária entre Angola e Portugal e do Relatório de Execução Orçamental e Conta do Exercício da Assembleia Nacional, referente ao ano de 2003.

O projecto de Orçamento do Parlamento para 2005, a movimentação de deputados, a eleição de membros para a comissão permanente da AN e a análise de uma resolução sobre questões internas constam ainda da agenda desta tarde.

1.2 Taxa de inflação em Julho de 1,45 pc, acumulada de 19,93 desde Janeiro

LUSA...17-08-2004

A taxa de inflação em Angola foi de 1,45 por cento em Julho, elevando para 19,93 por cento o aumento do nível de preços no consumidor nos primeiros sete meses deste ano, revelou hoje o Instituto Nacional de Estatística.

Numa nota de imprensa distribuída na capital angolana, o INE salienta que o aumento dos preços ocorrido em Julho é bastante inferior à média mensal verificada no primeiro semestre do ano, que se cifrou em 2,83 por cento. O valor obtido em Julho tem ainda uma importância acrescida pelo facto de ter sido durante este mês que foram lançadas no mercado as novas notas de cuanzas (moeda nacional angolana) com maior valor facial. Alguns observadores receavam que a entrada em circulação das notas de 200, 500 e 1.000 cuanzas pudessem ter como efeito o aumento dos preços dos bens e serviços, o que, aparentemente, não terá acontecido. Por outro lado, a inflação acumulada nos primeiros sete meses deste ano, que se cifrou em 19,93 por cento, representa também uma descida substancial relativamente a igual período do ano passado, altura em que atingiu 50,55 por cento. A taxa de inflação nos últimos 12 meses também apresentou uma queda, tendo atingido 40,68 por cento entre Julho de 2003 e Julho de 2004, quando nos 12 meses anteriores estava situada em 110,70 por cento. Apesar destes indicadores positivos, a taxa de inflação acumulada de 19,93 por cento nos primeiros sete meses deste ano praticamente inviabiliza o objectivo do governo de atingir uma taxa de 20 por cento no final do ano, como está previsto do Orçamento de Estado para 2004. O aumento anual dos preços no consumidor em Angola tem vindo a registar descidas acentuadas nos últimos anos na sequência das políticas de controlo da inflação desenvolvidas pelo governo. Em 2001 a taxa de inflação foi de 116 por cento, descendo para 105 por cento em 2002 para se fixar pela primeira vez nos dois dígitos em 2003, quando foi alcançada uma taxa anual de 76,5 por cento.

Para 2004, o Governo Angolano espera conseguir uma nova redução, tendo fixado a sua previsão nos 20 por cento, valor que já não conseguirá, apesar de ainda ser viável uma taxa anual inferior à verificada no ano passado.

1.3 BP investe USD 8 biliões em Angola até 2010

Jornal de Angola...24-08-2004

A British Petroleum (BP) vai investir até ao final da presente década 8 biliões de dólares para projectos no sector de petróleo e gás em Angola. A informação foi avançada ontem, em Luanda, pelo presidente da BP Angola, José Patrício, à saída de uma audiência que lhe foi concedida pelo ministro dos Petróleos, Desidério Costa.

Para se ter uma ideia do que representa o montante, José Patrício disse ainda que em cada cinco dólares que a BP investia a nível mundial um estava destinado para Angola.

Durante a audiência, que serviu igualmente para a despedida do anterior presidente da BP Angola, Joe Bryant, trocaram-se impressões sobre a actividade daquela petrolífera em Angola bem como avaliar o seu compromisso para o desenvolvimento do país. A BP é a maior produtora de petróleo e gás provenientes do Mar do Norte (águas britânicas) e dos Estados Unidos. Produz petróleo no Golfo do México, no Mar do Norte da Noruega, no Egipto, Colômbia, Trindade, no Golfo Pérsico, e na zona marítima do Azerbaijão, no Mar Cáspio. A companhia encontra-se também a pesquisar e a desenvolver novas reservas de petróleo em Angola e partes da antiga União Soviética.

A BP é a operadora dos blocos 31 e 18. O primeiro bloco, em águas ultra-profundas de mil e 400 a dois mil e 700 metros, ocupa uma área de 5 mil 349 quilómetros quadrados e está localizado nos campos Plutão e Saturno onde a BP tem uma participação de 26,7 por cento. Já o bloco 18, de que a BP tem uma participação de 50 por cento, está situado no campo Grande Plutónio (Platina, Plutónio, Paládio, Gálio, Crómio e Cobalto) que ocupa uma área de 5 mil quilómetros quadrados.

A produção global em Angola está cifrada em cerca de 950 mil barris de petróleo por dia e, com o decorrer do tempo, este número poderá subir para dois milhões de barris, segundo estimativas da BP.

1.5 Recursos minerais do país podem contribuir para redução da pobreza

Jornal de Angola...26-08-2004

Os recursos minerais de Angola poderão contribuir de forma eficaz para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sócio-económico sustentável do país. Para tal, será necessário a elaboração de uma política e de uma estratégia de longo prazo para o sector.

A consideração foi feita, ontem, em Luanda, pelo engenheiro de minas, Diamantino Azevedo, durante uma palestra subordinada ao tema "Importância e necessidade do uso das tecnologias de informação na actividade mineira" enquadrada no segundo dia de actividades das oitavas jornadas técnico-científicas da Fundação Eduardo dos Santos (FESA).

As novas tecnologias de informação e comunicação, segundo o especialista poderão ser de bastante utilidade, no processo de elaboração, disseminação e aplicação da referida estratégia.

Diamantino Azevedo, que é também secretário-geral, da rede. Africana de Minerais industriais, defendeu que o papel do Governo no desenvolvimento do sector mineiro deve ser o de introduzir políticas claras e consistentes através de reformas institucionais, do aperfeiçoamento da legislação, bem como do estímulo e promoção do engajamento do sector privado de outros agentes e sectores da sociedade na actividade mineira.

"O Governo deverá ainda intervir em acções de fomento das actividades de investigação geológica mineira de disseminação da, informação geológico-mineira, de promoção dos recursos minerais e de coordenação da assistência técnica aos pequenos mineradores, entre outras", frisou.

Uma política mineira conforme o especialista, que provoca uma maior contribuição do sector mineiro para o desenvolvimento económico, deverá promover a utilização dos recursos minerais, prioritariamente no próprio país produtor, como matéria-prima para a indústria transformadora nacional utilizadas na, construção de infraestruturas e na edificação de outros empreendimentos.

1.4 Tele-Alimento traça programa para acudir vítimas da fome

Jornal de Angola...30-08-2004

Um programa de acção, visando recolher bens materiais e financeiro para apoiar famílias vítimas da fome, foi traçado, em Luanda, pelo Secretariado do Comité Nacional Tele-Alimento e instituições ligadas à biodiversidade alimentar.

Entre outros planos, prevê-se a realização de um amplo programa de sensibilização de pessoas, sobretudo empresários, consistindo em seminários acerca dos males que a fome causa no mundo e as possíveis formas de contribuição para se melhorar a vida da população carente.

A campanha, que também poderá envolver políticos, músicos e outras individualidades, vai igualmente focar sua atenção à classe estudantil, de forma a cativá-la em acções de Solidariedade."

No decurso das actividades, a realizar-se até o final do ano, estão previstas, também visitas a vários locais, onde estão sendo desenvolvidos projectos de impacto social virados à produção alimentar, pesquisa e protecção ambiental.

Tele-Alimento é uma campanha anual preparada pela Organização das Nações

Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), através de programas de rádio, televisão, palestras, concertos e outros eventos, visando angariar fundos e meios para ajudar as pessoas.

Iniciada em 1997 em Angola, o projecto já beneficiou mais de três mil famílias angolanas e é Coordenado pelo ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Gilberto Buta Lutukuta.

2.0 HIV/SIDA

2.1 Angola defende criação do fundo regional para o HIV/SIDA

RNA...17-08-2004

O governo emitiu um comunicado onde defende a implementação do fundo regional de combate ao HIV/SIDA.

No comunicado, publicado por ocasião do 22º aniversário da SADC, Luanda pede também a implementação do plano de acção da organização para o período 2004/2006 sobre agricultura e segurança alimentar. O governo de Angola, diz no comunicado, que compromete-se a contribuir para a construção e desenvolvimento da comunidade através da sua participação activa no processo de integração regional.

O comunicado do governo de Angola, fala de algumas dificuldades que a organização regional tem enfrentado no capítulo das reformas institucionais, falta de articulação entre os objectivos do tratado de Windhoek e o programa de acção da SADC.

Criada a 17 de Agosto de 1981, no Lesoto, com o objectivo de reduzir a dependência económica dos seus membros, com o desenvolvimento da região, teve desde a sua fundação, a ideia de integração regional dos países da África Austral. Em 1992, foi transformada em Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, ainda com o principal objectivo de promover a integração económica da região.

Fazem parte da Organização, Angola, África do Sul, (admitida em 1994), Botswana, Lesotho, Ilhas Maurícias, Malawi, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Swazilândia, , Tanzânia e Zimbabwe.

As Ilhas Seychelles retiraram-se por alegadas dificuldades financeiras.

2.2 SIDA em Angola

Apostulado...23-08-2004

O Programa de Aconselhamento e Apoio Psicossocial a pessoas infectadas com SIDA já beneficiou cerca de um milhão de pessoas. O director executivo da Associação Angolana de Luta contra a SIDA (AALSIDA), Arnaldo Júnior, referiu hoje este balanço dos cinco anos de implementação do seu programa ao digital “noticiaslusofonas”.

Apesar deste esforço, acrescentou, cerca de 3.200 novos casos de SIDA foram registados no ano passado, sendo as províncias de Luanda, Cabinda, Cunene e Huila as mais afectadas. Segundo Arnaldo Júnior, a Ilha de Luanda é uma das zonas da capital angolana mais afectadas pela SIDA, pelo que a AALSIDA concentrou ali uma grande parte dos seus esforços de sensibilização. «Todos os fins-de-semana os nossos activistas percorrem a ilha, sensibilizando as pessoas para a necessidade de usarem preservativos, que são distribuídos gratuitamente», assinalou. Criada em 1991, a AALSIDA foi a primeira instituição vocacionada para o combate contra a SIDA em Angola. Hoje em dia, desenvolve sensibilização especialmente orientada para jovens, estudantes, militares, polícias, refugiados e deslocados de guerra bem como famílias com membros infectados. «Produzimos cerca de 100.000 cartazes e 200.000 folhetos sobre a SIDA e já distribuimos gratuitamente cerca de três milhões e meio de preservativos», referiu Arnaldo Júnior.

CINCO POR CENTO DE INFECTADOS

Actualmente existem em Angola cerca de três dezenas de organizações não-governamentais que trabalham na luta contra a SIDA, envolvendo cerca de um milhar de pessoas. Estimativas oficiais sustentam que cerca de 5 % dos 13 milhões de angolanos que vivem no país estejam infectados pelo vírus da SIDA, sendo o combate a esta doença uma das prioridades nacionais em termos de saúde pública. Numa comunicação recente, a ministra da Saúde, Albertina Hamukuaia, admitiu que, caso as estratégias de luta contra a SIDA não sejam bem direccionadas, 18% da população poderá estar infectada até ao ano 2010. Os dados oficiais admitem ainda que, nos próximos seis anos, a SIDA poderá provocar 700 mil mortes, 250 mil órfãos, além de reduzir a esperança de vida em 13 por cento

dos valores actuais, que rondam os 45 anos.

2.3 Vacina para Sida custa mais de um bilião de euros/ano

Jornal de Angola...31-08-2004

Mais de mil milhões de euros anuais serão necessários, durante os próximos 10 anos, para o desenvolvimento de uma vacina para o HIV/SIDA, de acordo com especialistas da doença reunidos, desde ontem, na Suíça.

As contas foram apresentadas na abertura da conferência “SIDA-Vacina 2004”, que decorre na cidade de Lausanne e onde 800 especialistas de todo o mundo vão analisar os avanços na busca de uma vacina para a maior epidemia da modernidade. Falando na cerimónia de abertura, o responsável da conferência, Giuseppe Pantaleo, reafirmou que é “urgente” que a comunidade internacional intensifique o empenho “político e financeiro” no combate à doença.

“Precisaremos de entre 10 e 15 mil milhões de euros nos próximos 10 anos para garantir o desenvolvimento clínico adequado dos actuais candidatos a vacinas”, explicou.

Igualmente crucial para o sucesso de qualquer estratégia em curso é uma maior coordenação entre os vários agentes envolvidos na busca de uma vacina, com mais apostas na colaboração e nos “trabalhos conjuntos”, bem como a defesa da transparência nas investigações.

Estimativas dos organizadores da conferência indicam que até 2010 deverá haver mais 45 milhões de casos de HIV/SIDA, o que obriga a comunidade internacional a complementar o apoio no tratamento e prevenção com “mais empenho” na busca de vacinas.

“A sobrevivência de pessoas que vivem com o HIV/SIDA foi alargada, mas só uma vacina segura e eficaz poderá controlar a epidemia. A complexidade de desenvolver essa vacina, contudo, coloca enormes desafios científicos, clínicos, financeiros, logísticos, organizacionais e de manufactura”, referiu Pantaleo. Na sua intervenção, Anthony Fauci, do National Institute of Allergy and Infectious Diseases (NIAID) dos Estados Unidos, explicou que é crucial que os investigadores mundiais “adoptem um novo paradigma”, partilhando dados e colaborando o máximo possível.

“Temos de empurrar as possíveis vacinas para testes clínicos e continuamos a necessitar de resolver questões básicas da investigação. Para isso são necessários mais fundos e mecanismos de cooperação entre o Governo e o sector”, explicou. Durante a conferência, especialistas deverão dar conta dos avanços conseguidos em vários aspectos do combate à epidemia, incluindo a investigação sobre o reforço do sistema imunológico para defesa contra o HIV.

Dados das Nações Unidas confirmam que o HIV/SIDA é hoje a maior causa mundial de morte entre adultos dos 15 aos 59 anos, estimando-se que a doença causou mais de 20 milhões de mortes nos últimos 25 anos. Um recente relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que entre 34 e 46 milhões de pessoas vivam com a doença, dando conta de valores alarmantes de crescimento da doença. No ano passado, mais de três milhões de pessoas morreram com SIDA e cinco milhões de outras foram infectadas com HIV. As relações sexuais sem protecção entre homens e mulheres continuam a ser o principal modo de transmissão da doença.

O maior impacto da doença continua a sentir-se no continente africano, onde uma em cada 12 pessoas tem HIV/SIDA. No ano passado dois terços de todas as pessoas que sofriam com a doença viviam em África. Mais de 1,6 milhões de pessoas na América Latina estão infectadas com a doença, enquanto nos Estados Unidos surgem anualmente entre 30 e 40 mil novas infecções.

Cerca de seis milhões de pessoas em países em desenvolvimento necessitam de tratamento, mas apenas 400 mil dessas estavam a ter acesso a ele no ano passado.

3.0 MERCADO INFORMAL

3.1 O grande descuido da Política Económica

Semanário Angolense...19-08-2004

A política económica adoptada nos últimos cinco anos visou a retracção dos preços com o propósito de gerar e estabilizar o investimento, com o intuito de aumentar o emprego no médio prazo. Assim, foram estimuladas as importações, em detrimento da produção nacional, algo que melhorou, embora em proporções reduzidas, o poder de compra dos salários, mas sem grande efeito sobre a produtividade do trabalho.

O emprego continua a ser, para a economia nacional, o principal calcanhar de Aquiles, o que levou o Presidente da República, no seu discurso de fim de ano, a considerar o combate ao desemprego e as questões em torno do primeiro emprego como uma premissa fundamental para o ano em curso. A retracção do sector industrial fez com que muitas das indústrias se convertessem em armazéns para as empresas de importação, expandindo os empregos informais e do sector de serviços, fazendo imperar uma economia mercantilista, muito concentrada no curto prazo. O Sector Público continua a ser um «pesado fardo» para a economia, o que levou mesmo o Fundo Monetário a aconselhar a redução da folha de pagamento da função pública e também do Banco Nacional de Angola. As empresas públicas, bem como os bancos, continuam a apresentar custos com pessoal muito elevados, não só os relativos às despesas, mas também os relacionados com a assistência social e médica, um factor que vem reduzindo o nível de eficiência de alguns desses gastos. A Função Pública, com cerca de 190 mil funcionários, rege-se por um regime salarial que representa um mínimo de 50 dólares e um máximo de cerca de 2,5 mil dólares. Este sector mantém uma certa discrepância nos prazos de pagamento dos soldos entre as várias províncias, cujos atrasos constituem tônica dominante. No sector privado, a dispersão entre os salários de topo e os intermédios são abismais. As estimativas indicam que a

maioria da população encontra-se no sector informal e de serviços directa ou indirectamente, sendo as profissões que mais sobressaem as de pedreiro por conta própria ou de outrem, kinguilas, taxistas, seguranças, zungueiros, feirantes e fotógrafos, seguindo-se-lhes as profissões como as de professor, enfermeiro, fiel de armazém, conferente, intermediário dos vários sectores (imobiliário, telefones celulares, automóveis). Infelizmente, as contribuições para a previdência social quase não existem e a remuneração média não passa dos 200 dólares. A maior parte dos jovens tem como primeiro emprego profissões como a de ajudante de pedreiro, cobrador, zungueiro e Mecânico.

O ingresso no mercado de trabalho acontece desde muito novo, ou seja, entre os 10 e 12 anos de idade, com o propósito de reforçar o rendimento médio da família, um dos factores que, de algum modo, têm contribuído para o insucesso escolar. Os taxistas trabalham em média 10 horas para obter um rendimento semanal que ronda os 100 dólares, mas, segundo alguns deles, todos os dias se corre o risco de parar, pois as avarias são frequentes devido ao desgaste das viaturas. Logo, podem ficar várias semanas sem ganhar «algum» ou a «viver do nada». Aqui, não há contribuição para Segurança Social, IRT, nem seguro de vida. Dados indicam que existem no mercado mais de cinco mil táxis, pressupondo-se que este segmento cubra cerca de 10 mil postos de trabalho directos, entre motoristas e cobradores. Segundo pesquisa feita pelo autor, a faixa etária que com mais frequência procura este emprego situa-se entre os 20 e 35 anos, para os motoristas, e entre os 15 e os 20, para os cobradores.

«o meu objectivo é acumular dinheiro para quando atingir a idade me tornar um taxista» disse um cobrador. A medida de licenciar somente cerca de dois mil taxistas pressupõe que mais de seis mil pessoas perderão os seus empregos. Uma profissão que também intensificou a sua frequência é a de empregada doméstica, com um rendimento médio que ronda os 50 dólares e sem uma legislação que as proteja. (...)

A informalidade do emprego aumenta a sazonalidade do consumo e, conseqüentemente, faz com que haja uma maior frugalidade da poupança, factor que, pela forma como o mercado está estruturado, faz com que as decisões de política económica sejam conflituosas e paradoxais. Por outro lado, as empresas públicas, movidas por riscos políticos a decorrer de possíveis ajustamentos do quadro de pessoal para elevarem a sua eficiência, preferem assumir a ineficiência. Logo, a política económica não tem contribuído para a edificação de um contrato social conjunto entre os trabalhadores, produtores ou comerciantes e o Estado, para promover a competitividade e o emprego. Em

1993, Segundo um estudo do Instituto Nacional de Estatística (Ine) sobre o emprego e desemprego na área urbana da cidade de Luanda, estimava-se que cerca de 24.4 por cento da população economicamente activa estava desempregada, uma cifra dá que mais de 60 por cento eram mulheres.

Entretanto, refere o inquérito, que somente 27 por cento estavam «plenamente empregadas», enquanto que 79.3 por cento estavam subempregadas.

4.0 GOVERNAÇÃO

4.1 MPLA aprova calendarização das tarefas eleitorais no país

Angop...20-08-2004

O Bureau Político do MPLA aprovou hoje, em Luanda, uma proposta de calendarização das tarefas eleitorais, tendo recomendado que o seu grupo parlamentar a remeta aos órgãos de soberania e a presente à sociedade.

A proposta saiu da reunião daquele órgão de direcção do partido maioritário, orientada pelo seu presidente, José Eduardo dos Santos (na foto), que analisou ainda a situação política, económica, social e produtiva do país, considerando, de um modo geral, estar a verificar-se uma evolução positiva. O Bureau Político do MPLA recomendou também a dinamização de medidas que visem o reforço da harmonia social e acelerar o cumprimento dos compromissos políticos assumidos, bem como a aplicação das tarefas essenciais relativas ao aprofundamento e desenvolvimento do processo democrático no país.

A propósito, o partido no poder em Angola reiterou a importância da aprovação do quadro constitucional, legal e institucional para a realização das eleições em Angola, bem como para uma maior garantia da estabilidade, segurança e desenvolvimento da sociedade angolana. O Bureau Político recomendou, por outro lado, que os ministérios e os Governos provinciais prestem uma atenção especial ao acompanhamento dos investimentos públicos de modo a permitir que os mesmos contribuam para a melhoria de vida da população.

Por último, apreciou a actividade interna do partido, bem como as propostas visando o estabelecimento e a consequente implementação do Sistema de Condecorações, Títulos Honoríficos e Distinções.

4.2 UNITA elogia MPLA

LAC...23-08-2004

O MPLA partido maioritário em Angola recebeu elogios da UNITA pela calendarização das próximas eleições no país.

A proposta foi aprovada pelo Bureau Político na passada Sexta-feira. Segundo o Porta-voz da UNITA a aprovação do calendário das próximas eleições é um “passo importante que deve ser continuado porque há passos que se anunciam, colhem-se o impacto público dele e não se materializam

”.Na opinião de Adalberto da Costa Júnior, definido o calendário por parte do MPLA, é importante que haja a disponibilidade necessária de procurar o diálogo com as outras forças políticas da nação para encontrar-se um consenso de responsabilidade para a preparação com transparência e lisura das próximas eleições.

Adalberto da Costa Júnior desmentiu igualmente informações postas a circular por um Jornal publicado em Luanda, sobre uma alegada ligação entre a UNITA e o PDP-ANA. Para o político, o exclusivo objectivo da notícia foi transformar o PDP-ANA num alvo ou na pessoa que o dirige.

“Penso que deve haver mais seriedade a nível de quem tem oportunidade de escrever e penso que este género de práticas não devem ficar apenas neste tipo de ligeireza. Porque não a equipa que a anda a investigar, ouvir este jornalista já que ele tem conhecimentos que podem esclarecer questões relativas ao crime do Mfulumpinga”, interrogou-se.

4.3 MPLA propõe eleições para Setembro de 2006

Jornal de Angola...25-08-2004

O MPLA divulgou ontem em conferência de imprensa, em Luanda, uma proposta de calendário eleitoral, sugerindo Setembro de 2006 para a ida às urnas.

O calendário contém seis tarefas fundamentais para a realização das próximas eleições, de acordo com a proposta do Conselho da República, reunido a 2 de Julho último. A proposta do partido dos “camaradas” apresenta como tarefas fundamentais a preparação e a provação do quadro constitucional e legal, organização do registo eleitoral, a preparação de condições materiais e logísticas para as eleições, organização e funcionamento do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), a apresentação de candidatos às eleições legislativas e presidenciais e organização do próprio

acto eleitoral. O calendário do MPLA, divulgado ontem, em Luanda, resultou da última reunião do Bureau Político daquele partido, realizado a 20 de Agosto passado. O presidente da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, disse que a proposta de calendarização tem como base três elementos fundamentais: as opções legislativas e constitucionais fundamentais para determinar as tarefas a realizar, a responsabilidade pela realização das tarefas que estão repartidas por vários órgãos do Estado, instituições e partidos políticos e o cronograma eleitoral que atendeu à proposta do Conselho da República, que estabeleceu na sua última reunião, em Julho deste ano, Setembro como data limite para realização de eleições gerais. As tarefas propostas, de acordo com Bornito de Sousa, estão interligadas de tal modo que a relação, nalguns casos, é tão estreita que se condicionam. “Mas de todas elas a mais importante é a definição das opções constitucionais e legislativas”, disse.

Bornito de Sousa esclareceu que o período para preparação e organização das eleições não deve ser confundido com a marcação da data das eleições que, em seu entender, é apenas um momento do programa de preparação e organização das eleições. Quanto à querela sobre a realização de eleições com ou sem nova Constituição, Bornito de Sousa disse que a oposição está preocupada com o facto de que algo possa atrasar a realização das eleições. “A proposta do MPLA vai clarificar todo conjunto de elementos que estão relacionados com as eleições, de modo a ficar claro que nenhuma delas (tarefas) vai prejudicar a realização de outras. Esta proposta ajudará a avançar a organização das eleições”, disse.

Bornito de Sousa afirmou que a UNITA já reagiu positivamente à apresentação deste calendário, “embora não tivesse na altura o calendário em mãos”.

Ele indicou que o MPLA vai “fazer chegar este calendário a todos os partidos com assento ou sem assento no Parlamento”. A implementação das tarefas do calendário eleitoral iniciam-se em Outubro próximo e tem o fim previsto para Setembro do próximo ano. O MPLA sugere no calendário a aprovação da Constituição e das leis de suporte às eleições pela Assembleia Nacional e a participação dos partidos políticos na aprovação da Constituição e leis ordinárias.

Defende ainda a promulgação pelo Presidente da República da Constituição e leis de suporte às eleições num espaço entre Outubro próximo e Maio de 2005. O calendário do MPLA propõe um ano (de Outubro do ano em curso a Outubro de 2005) para o Governo preparar e realizar o registo eleitoral e os partidos participarem do registo eleitoral. A aprovação das

propostas de candidatos a membros do Conselho Nacional Eleitoral deverão acontecer entre os meses de Agosto e Outubro de 2005. O calendário eleitoral do partido dos “camaradas” sugere a instalação e entrada em funcionamento do CNE entre os meses de Outubro e Novembro. O Governo deverá apoiar as operações eleitorais de Abril de 2005 a Outubro de 2006. A participação dos partidos políticos nas eleições deverá ser feita entre Abril do próximo ano e Setembro de 2006. O CNE prepararia os actos eleitorais de Janeiro a Setembro de 2006.

O Presidente da República marcaria a data para as eleições legislativas e presidenciais entre Maio e Junho de 2006. O Tribunal Supremo aprovaria, entre os meses de Abril e Junho de 2006, as candidaturas, as eleições legislativas e presidenciais. Em Junho de 2006 o CNE trataria da distribuição dos tempos de antena aos partidos políticos e candidatos às presidências. O MPLA propõe que o CNE marque para Agosto de 2006 o início da campanha eleitoral para, em Setembro de 2006, os cidadãos irem às urnas. O partido no poder faz saber que esta proposta tem suporte nas disposições de projectos de lei submetidos à Assembleia Nacional pelo seu grupo parlamentar. Bornito de Sousa disse que o seu partido está aberto a propostas de outras formações políticas. “O MPLA está aberto a iniciativas de outros partidos”, disse.

Proposta do partido dos “camaradas” distribui tarefas por órgãos de soberania

A proposta de calendário eleitoral ontem publicamente apresentado pelo MPLA distribui por diferentes órgãos de soberania tarefas e responsabilidades relativas à preparação das próximas eleições gerais em Angola. Estes órgãos de soberania são designadamente o Presidente da República, Parlamento, Tribunal Supremo e o Governo. A proposta confere ainda tarefas ao Conselho Nacional Eleitoral(CNE)e aos partidos políticos.

Presidente da República

As tarefas e responsabilidades do Presidente da República começariam com a promulgação da Constituição e da legislação de suporte ao processo eleitoral entre os meses de Abril e Agosto de 2005. Em Setembro do mesmo ano, o Chefe de Estado deverá designar os membros para o CNE, e nomear e empossar em Outubro e Novembro o CNE. Para 2006, o calendário do MPLA sugere ao PR a consulta no mês de Maio ao CNE sobre a existência de condições para convocar as eleições. As tarefas e responsabilidades do PR, no calendário do MPLA, terminam com a marcação da data para as eleições legislativas e presidenciais entre os meses de Maio e

Junho de 2006.

Assembleia Nacional

A Assembleia Nacional começaria por aprovar a Constituição no espaço entre Outubro do ano em curso e Abril do próximo ano. Ainda este ano, nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, seria tarefa do Parlamento aprovar a lei de registo eleitoral. A lei dos partidos políticos seria analisada entre Dezembro deste ano e Janeiro próximo. A lei de financiamento dos partidos políticos, a lei eleitoral, a lei da nacionalidade, a lei do direito da antena e de resposta e réplica política dos partidos, a lei da observação eleitoral, a resolução sobre o Código de conduta eleitoral seriam aprovados num período entre Dezembro deste ano e Abril do próximo ano. As responsabilidades da Assembleia Nacional terminariam com a aprovação das propostas de candidatos a membros do CNE entre os meses de Agosto e Outubro de 2005.

Tribunal Supremo

As responsabilidades do Tribunal Supremo constante da proposta de calendarização do MPLA começariam com o reconhecimento e registo de partidos políticos desde Outubro do ano em curso e terminaria apenas em Fevereiro de 2007. A aprovação de candidaturas às eleições legislativas e presidenciais seriam feitas entre os meses de Abril e Junho de 2006. A decisão das reclamações sobre candidaturas e apreciação e decisão de reclamações sobre o processo eleitoral entre os meses de Junho e Outubro de 2006 encerraria as responsabilidades do Tribunal Supremo.

Governo

O Governo tem no calendário eleitoral do MPLA um período de nove meses.

A preparação e realização do registo eleitoral, a consolidação da informação sobre quadros e instalações, aquisição do material de suporte ao registo eleitoral, a reinstalação dos gabinetes de apoio ao processo eleitoral, a formação de formadores para o registo eleitoral, recrutamento, formação e composição das brigadas de registo eleitoral, campanha de educação cívica para o registo eleitoral estão agendados entre os meses de Outubro do ano em curso e terminam em Setembro do próximo ano.

Caberá ainda ao Governo a consolidação da cobertura nacional de telecomunicações administrativas, a actualização da toponímia e demarcação das circunscrições territoriais, o plano de apoio ao acesso a zonas difíceis e a publicação dos cadernos dos registo dos eleitores, tarefas a serem cumpridas até Dezembro do próximo ano.

CNE

O calendário do MPLA propõe a instalação e entrada em funcionamento do Conselho Nacional Eleitoral, no período entre os meses de Outubro e Novembro do próximo ano, enquanto a reconfirmação dos eleitores registados e a preparação dos actos eleitorais devem ser feitas entre os meses de Março e Setembro de 2006.

Partidos Políticos

Para os partidos políticos está prevista a participação na aprovação da Constituição, no registo eleitoral e nas eleições, num período entre Outubro do ano em curso a Setembro de 2006

4.4 «Lobbies» angolanos nos EUA custam 10 mil dólares por dia

Semanário Angolense...29-08-2004

Dados disponíveis no site do Departamento de Justiça americano indicam que de 1997 a 2002 o Governo angolano efectuou pagamentos a «lobbies» norte-americanos no valor de 22.464.732,98 milhões de dólares, o que equivale a aproximadamente 10 mil dólares por dia.

Segundo o mesmo site, de 1997 a 1998 (último ano registado das suas operações de «lobby») a UNITA gastou USD 1.919.848,43, isto é, cerca de 2.200.00 por dia. Nesse período o Governo tinha ao seu serviço nove empresas registadas no Departamento de Justiça ao passo que a Unita tinha cinco. No período em análise, Governo e UNITA gastaram, no total, USD 24.384.581,41. Para que o leitor tenha uma ideia dos gastos efectuados por Angola em «lobbies», basta referir que de 1997 a 2002 a África do Sul despendeu para serviços similares USD 14.295.418,95 (principalmente em campanhas de promoção da sua indústria de turismo cujos resultados ninguém pode questionar) enquanto a Nigéria gastou USD 2.578.438,12. Dá para reflectir! Comparado com isto, o milhão de dólares que a Link, uma companhia brasileira, vai buscar todos os meses aos cofres do Estado para serem repartidos entre ministros e assessores e caso para dizer que Angola paga uma... ninharia pelos «lobbies» americanos.

Entre os «lobbies» sob contrato com o Governo constam companhias ligadas à missão comercial de Angola nos EUA - através da Bristol Group. Os valores respeitantes a estas operações, embora declarados à justiça americana, não constam dos dados disponíveis na Internet. A fatia do leão cabe às embaixadas de Angola em Washington, Nova Iorque e à Sonangol, sendo que nalguns casos ninguém sabe quem paga a quem, nem tão pouco quem responde a

quem. Desta galinha de ovos de ouro também faz parte o Conselho Nacional de Carregadores, este mesmo de Nzau Valentim, que paga a «Ocean International Corporation» cerca de 100 mil dólares por mês para avaliar as famosas cartas de porte.

A entrada em competição das companhias «Daniel Edelman», «America Worldwide» e «Patton Baggos» sugere que a morte de Jonas Savimbi e o fim da guerra levou o Governo angolano gastar menos. Concorrem para estas despesas «lobbies» ou supostos «lobbies» feitos por altura das duas visitas que o Presidente da República efectuou aos Estados Unidos sendo que uma foi em Fevereiro de 2002 e outra em Maio deste ano. Os valores correspondentes a esta visita e ao corrupio de ministro e assessores que passou pelos EUA ainda não estão disponíveis na Internet.

A «CR Intenational», de Robert Cabelli, que anda entrincheirada há anos na Casa Militar da Presidência da República come, sozinha, de 50 por cento do bolo. Caso singular é o da OIC, «Ocean Internayional Corporation», detentora há anos do monopólio das operações do Conselho Nacional de Carregadores. Consta que parte do dinheiro vai para uma associada sua em Paris onde homens do shipping e dos transportes angolanos vão buscar as suas migalhas, que, contudo, não são nada pequenas...

4.5 Pequenos partidos querem ainda 2ª volta das eleições presidenciais de 92

Apostulado...31-08-2004

Uma coligação de 14 pequenos partidos insistem na segunda volta abortada das eleições presidenciais de 1992. Defendeu a sua posição no termo de uma reunião realizada entre os seus membros e que se debruçou sobre «os recentes entendimentos entre o MPLA e a UNITA».

Intitulado «Conselho Político da Oposição (CPO)», o bloco preconiza a realização desta segunda volta em Setembro de 2005 entre José Eduardo Dos Santos e Alberto Neto, o então terceiro classificado na primeira volta. «Com o passamento físico do Dr. Jonas Malheiros Savimbi, o terceiro candidato mais votado, neste caso, o Dr. Alberto Neto, está em condições para a conclusão, com o Sr. José Eduardo Dos Santos, da segunda volta das eleições presidenciais», explicou, em entrevista à Ecclesia hoje, o porta-voz do bloco, José Da Silva. O porta-voz argumentou com o imperativo de se respeitar um pressuposto constitucional no país. «Do ponto de vista político, do ponto de vista jurídico e do ponto de vista moral para a Nação, a segunda

volta é uma realidade. Agora, deixemos que os interessados e só são dois - o presidente do MPLA, o presidente do PDA - iniciem com a calma e tranquilidade necessária o estudo desta questão», reagiu, por sua vez, Alberto Neto, também ouvido pela Ecclesia.

4.6 Chefe de Estado reconhece dificuldades de recursos humanos

Jornal de Angola...31-08-2004

O Presidente José Eduardo dos Santos reconheceu ontem, em Luanda, que os recursos humanos da Administração local do Estado “testemunham as dificuldades reais de Angola e explicam, em parte, as debilidades do Estado angolano”.

“Os dados estatísticos disponíveis dão-nos conta que 87 por cento dos recursos humanos ao serviço da Administração Pública prestam serviço ao nível das províncias, dos quais cerca de 50 % estão concentrados em apenas três, designadamente Luanda, Benguela e Huíla”, referiu o estadista angolano, no acto de abertura do Primeiro Encontro Nacional da Administração Local. Segundo afirmou, desse total 79% prestam serviço nos governos provinciais, 19% nas administrações municipais, e apenas 1% nas administrações comunais.

“Para além desse aspecto quantitativo, os dados dizem que, no plano qualitativo, apenas 3% dos efectivos da administração local do Estado são técnicos superiores”, acrescentou, referindo que estes dados revelam uma grave carência de pessoal para a provisão dos serviços essenciais ao desenvolvimento económico e produtivo. O Chefe de Estado disse igualmente haver desperdício de talentos. “Há jovens formados, qualificados, cujas iniciativas e capacidades não são consideradas, não estão suficientemente mobilizados, e que deviam integrar a Administração pública a nível local, com ganhos consideráveis para o sector e para a qualidade de serviços prestados à comunidade”, afirmou.

O Presidente da República apelou para a necessidade de promoção de acções de formação, quer para os titulares de cargos políticos e de chefia locais, quer para os funcionários e agentes administrativos. “Impõe-se, pois, conceber uma estratégia global de formação e capacitação para os funcionários e agentes que, no futuro, poderão integrar as carreiras técnicas locais”, disse José Eduardo dos Santos. O evento, promovido pelo Ministério da Administração do Território (MAT), terá três painéis, designadamente a “organização administrativa e financeira e planeamento e gestão do território a nível local”, “os recursos humanos locais” e “a produção local e prestação de serviços básicos”.

O encontro, o primeiro desde a independência do país, destina-se à troca de experiência e ao diagnóstico da situação concreta da Administração Local, bem como a encontrar soluções mais adequadas e eficazes. Participam na reunião, que vai até quinta-feira, governadores provinciais, vice-governadores, delegados das Finanças, directores do Plano e do Emprego e Segurança Social das 18 províncias de Angola e administradores municipais e comunais. Os diferentes painéis serão presididos pelos ministros da Administração do Território, Fernando Faustino Muteka, das Finanças, José Pedro de Morais Júnior, e do Planeamento, Ana Dias Lourenço.

Dos Santos diz que encontro deve ter “natureza prática”

O Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, considerou ontem, em Luanda, que a realização do 1º Encontro Nacional da Administração Local enquadra-se nos objectivos definidos pelo plano estratégico do Governo. O Presidente da República disse ser “de todo conveniente que ele tenha uma natureza prática, que permita a cada autoridade administrativa, no regresso ao seu local de trabalho, a elaboração do seu plano de actividades”.

“Reafirmo que permanecem válidos os objectivos que visam reforçar a capacidade institucional e funcional da administração local e preparar as condições estruturais e funcionais conducentes à institucionalização do poder local, depois das eleições gerais previstas para 2006”, disse o Presidente, que qualificou o encontro de “iniciativa importante e oportuna”.

De acordo com o Presidente, esses objectivos visam ainda ajustar a racionalidade institucional e funcional da administração local às novas exigências de prestação de serviços, conferir maior conteúdo de trabalho e elevar a qualidade de prestação de serviços dos agentes administrativos locais e promover o desenvolvimento económico e social, que conduza à redução da pobreza ao nível municipal e comunal. Acrescentou que o Governo quer que os cidadãos sintam cada vez mais a actuação eficaz das autoridades administrativas locais, através de resultados palpáveis do seu trabalho que tenham reflexos significativos na melhoria das condições de vida das famílias.

“É necessário que as populações sintam que há melhorias constantes na assistência médica, na educação, no comércio, nos transportes, no fornecimento de água e energia e no respeito pelos seus direitos”, afirmou o Presidente da República.

Dos Santos indicou que as autoridades administrativas locais têm hoje um papel de realce na reconstrução e desenvolvimento do país, não só por causa da sua proximidade em relação às populações, mas também pelo conhecimento directo das realidades quotidianas. Para José Eduardo dos Santos, a actual conjuntura social e económica, caracterizada por muitas necessidades colectivas locais ainda por satisfazer nos domínios do ensino, saúde, da regulação e exploração dos bens públicos, entre outros aspectos, coloca de modo evidente a pertinência de uma intervenção mais articulada e profunda das autoridades administrativas.

José Eduardo dos Santos defendeu ser necessário um ajustamento do modelo de serviços ao nível municipal e comunal, de modo a responder às actividades principais do respectivo território, tornando mais atractivo, útil, eficaz e eficiente o desempenho da administração a esses níveis, e criando-se assim uma empatia entre os governantes locais e a população dos respectivos territórios. O Chefe de Estado disse ainda que se impunha também uma melhor coordenação institucional, criando-se mecanismos de coordenação institucional e de relações funcionais e de prestação de contas entre os vários níveis da administração (governos provinciais, administrações municipais e comunais).

José Eduardo dos Santos afirmou que, no âmbito da reorganização territorial e da consolidação territorial do Estado e no plano legislativo, deve-se cuidar da organização e funcionamento dos órgãos administrativos locais abaixo do escalão comuna, isto é, dos bairros e povoações, enquanto unidades constitucionais da divisão administrativa angolana, com vista à prestação de serviços de qualidade capazes de satisfazer as necessidades fundamentais das populações.

5.0 SERVIÇOS BÁSICOS

5.1 34% da população urbana não tem acesso à água potável

Jornal de Angola...04-08-2004

Segundo o titular da pasta de Energia e Águas, perspectiva-se, entretanto, satisfazer até ao ano de 2016 setenta e cinco por cento da população rural com fornecimento de água potável. Até àquele ano, 67 por cento das áreas urbanas poderão ter acesso à água potável.

No plano financeiro, ele considerou que os custos para se atingir o normal em termos de abastecimento de água potável são elevados. Por exemplo, para até 2007 são necessários cerca de 500 milhões de dólares e até 2016 será preciso um valor aproximado de 2.200 milhões.

Botelho de Vasconcelos afirmou que tal diploma tem de estar em conjugação com o que está legislado, sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em sede da lei das autarquias. O ministro da Energia e Águas indicou que os órgãos do poder local terão um papel determinante na prestação de serviços de abastecimento de água.

Vasconcelos referiu que a água “constitui um bem social, renovável, limitado e com valor económico”, pelo que, acrescentou, a política para a sua gestão deverá compatibilizar-se com a do ordenamento do território e ambiental.

Ele informou que o Governo tem envidado esforços no sentido de reverter o quadro no mais curto espaço de tempo, com acções que vão desde a elaboração dos

planos directores à execução de projectos de reabilitação e expansão dos sistemas de abastecimento de água, assim como da rede de estações hidrométricas, início do processo de inventariação dos recursos hídricos, recrutamento e capacitação de recursos humanos e captação de meios financeiros para o sector de Águas. O ministro disse que o país está actualmente “muito aquém de satisfazer as necessidades das populações”.

5.2 URBANA 2000 volta a limpar Luanda

RNA...16-08-2004

A notícia caiu como se de uma bomba se tratasse. Pese embora o Governo Provincial de Luanda tenha formalizado hoje a rescisão do contrato com a URBANA 2000 e o respectivo pagamento da dívida na ordem dos 13 milhões de dólares norte-americanos, o certo mesmo é que a mesma empresa vai voltar a limpar Luanda em Fevereiro de 2005. Em breve declarações à imprensa, Job Capapinha, um dos membros da Comissão Administrativa para a Gestão da província de Luanda, disse que doravante pretende um maior comprometimento da URBANA 2000 no tocante da recolha dos resíduos sólidos. Segundo Job Capapinha, o governo assumirá as suas responsabilidades e a URBANA as suas no quadro da nova gestão que Luanda irá merecer.

Por seu lado, Etine Brechet, da URBANA 2000, afirmou que a sua empresa vai ser mais actuante para satisfazer os desejos da população de ver a cidade capital limpa.

5.3 Luanda sob emergência sanitária

Semanário Angolense...19-08-2004

Com a decisão da Urbana 2000 de paralisar os serviços de limpeza de Luanda na noite do dia 23 de Julho, o Gpl e a Elisal iniciaram nesse dia intervenções isoladas, enquanto articulavam um chamado «Plano de actuação emergencial» destinado ao que é descrito como sendo a área 01.

Tal plano contou com o apoio da Bel, das operadoras e de outras empresas locais, estando subordinado ao director-geral e ao director técnico da Elisal, assim

como ao comando da Bel, que é uma empresa que integra combatentes desmobilizados das Faa e das extintas forças militares da Unita. Os principais meios mobilizados para o plano emergencial eram, na altura em que foi concebido, 13 camiões compactadores, 16 camiões basculantes, dois tractores, quatro pás carregadoras e um número não precisado de retro escavadoras, equipamentos que representavam algo mais do que aquilo que a Urbana 2000 utilizava para limpar a área. O plano inclui o sistema de recolha porta-a-porta, que além de aumentar a velocidade desse processo, ainda elimina os contentores, que ocupam espaço e dão mau aspecto à cidade. A paralisação dos serviços promovida pela Urbana 2000 havia gerado, quando se deu, um dito «novo passivo» de lixo calculado em cinco mil metros cúbicos, para a retirada do qual contava-se com equipamento pertencente estritamente ao Gpl, à Elisal e à Bel, sendo seis camiões basculantes. A Elisal foi, no quadro desse plano, encarregue da recolha do «novo passivo», a Bel acomedida do tal «novo passivo», além dos resíduos contentorizados na Marginal, Ilha de Luanda, Praia do Bispo, Cidade Baixa e Cidade Alta, enquanto que a SGO foi solicitada a fazer isso mesmo na rua Rainha Ginga, Miramar, Kinaxixi, rua Revolução de Outubro e Aeroporto.

Esta mesma empresa iniciara já serviços de recolha «porta-a-porta» na Vila Alice e no Alvalade (a toponímica das localidades é antiga, embora tenha sido tirada de um documento oficial do Governo de Luanda). Entre as novas empresas contratadas pela Elisal destaca-se a Rangol, com circuitos no centro da cidade, e a Triambiente, que actuará a Samba. A Encib, uma empresa afecta ao Ministério das Obras Públicas, foi mobilizada para a recolha do «novo passivo».

5.4 Tudo sobre como o poder escorraçou Urbana de Luanda

Semanário Angolense...19-08-2004

Os três dias em que o lixo tirou o sono à alta hierarquia de Angola

Conforme prometido, o *Semanário Angolense* regressa hoje à história da rescisão do contrato que ligava o Governo Provincial de Luanda (Gpl) à empresa privada Urbana 2000 nas questões da limpeza e saneamento da capital do país, um assunto iniciado na nossa edição anterior. Tal como foi dito naquela edição, a decisão sobre o afastamento da Urbana 2000 ocupou a mais alta hierarquia do país durante três dias consecutivos, os dias 27, 28 e 29 de Julho, tendo envolvido o presidente da Assembleia Nacional, Roberto de

Almeida, na sua qualidade de Presidente da República em exercício, o primeiro-ministro em exercício, o ministro das Finanças, JP de Moraes, o chefe da Casa Civil e o chefe da Casa Militar da Presidência da República, Carlos Feijó e Hélder «Kopelipa», o vice-ministro das Finanças, Job Graça, assim como o vice-ministro da Juventude e Desportos, Job Capapinha, na qualidade de coordenador em exercício da Comissão de Gestão Administrativa de Luanda.

Estiveram também envolvidos os directores nacionais do Tesouro e do Orçamento do Ministério da Finanças, assim como o director da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), a entidade que passou a constituir-se no concessionário dessa área de negócio. A reunião inicial realizou-se ao anoitecer do dia 27 de Julho, tendo como ordem de trabalhos o balanço das recomendações de uma reunião realizada 11 dias antes, a 16 de Julho, tal como a abordagem da situação da limpeza da cidade de Luanda. Os participantes a esse encontro eram Job Graça, Job Capapinha, dois directores nacionais do Ministério das Finanças, assim como o da Elisal

Na discussão do primeiro ponto ficou assente que as verbas disponibilizadas pelo Ministério das Finanças para as actividades de limpeza e saneamento de Luanda até Abril somavam 615 milhões de kwanzas e que a quota financeira de Julho estava repartida em 364,1 milhões para bens e serviços, 425,6 milhões em despesas de capital e 158,6 milhões para salários. Concluiu-se, então, que a recomendação da reunião de 16 de Julho havia sido cumprida, até porque o GPL havia confirmado a recepção de tão significativos recursos a 19 de Julho. Um outro assunto inerente às recomendações dessa reunião dizia respeito à apresentação de um balanço da execução orçamental do primeiro semestre de 2004, mas, a esse respeito, concluiu-se que os trabalhos estavam atrasados por uma questão de dias, uma vez que os responsáveis por essa operação estavam envolvidos nas negociações do problema da limpeza da cidade. O documento ficou para ser apresentado a dois de Agosto. Quanto ao ponto inerente à limpeza da cidade, foi feita a apresentação de um memorando do GPL, um documento que já havia sido remetido ao gabinete do primeiro-ministro com decalque ao ministro das Finanças, no qual são cronologicamente discriminados os recursos financeiros recebidos de Tesouro Nacional e a sua tramitação para a Elisal. O director da Elisal prestou esclarecimentos adicionais sobre o funcionamento das operadoras em geral, com destaque para o problema de uma dívida de anos anteriores para com a Urbana 2000, que até 30 de Junho último totalizava o equivalente a 12.572.053,53 dólares, tendo

sido recomendadas negociações para o início da sua amortização.

No dia seguinte, no mesmo horário, o Ministério das Finanças voltou a alojar uma reunião para resolver problemas levantados no primeiro encontro, mas desta vez os intervenientes eram o ministro das Finanças, o chefe da Casa Militar e o chefe da Casa Civil da Presidência da República, assim como o coordenador em exercício da Comissão de Gestão Administrativa de Luanda.

Os relatos dessa reunião dizem que depois de analisadas as causas da crise que o sistema de limpeza atravessava naquele momento, decidiu-se levar duas propostas à consideração de Roberto de Almeida, Presidente da República em exercício: a primeira delas diz respeito a um programa de emergência para acudir à situação que naquela altura se vivia, com a entrada da Brigada Especial de Limpeza (Bel) e da Elisal na zona operacional antes atribuída à Urbana 2000. A outra proposta destinava-se a incumbir o GPL de negociar com a Urbana 2000 o reescalonamento da sua dívida, observando um primeiro cenário em que se colocava a «probabilidade» de um pagamento total da dívida contraída junto dessa empresa, contra um cronograma de devolução dos meios e equipamentos da Elisal em posse daquela primeira empresa.

Num sinal de indisposição para com a Urbana 2000, a proposta sublinhava que deixar-se-ia à consideração desta empresa a sua entrada ou não no novo modelo de recolha de tratamento de resíduos sólidos, em igualdade de circunstâncias com as restantes operadoras, tão logo adquirisse a capacidade técnico-material que deixaria de possuir com a devolução dos meios da Elisal. Com essas duas medidas, cessava o contrato entre o Gpl e a Urbana que vigorava deste 1997, preconizando-se novos termos para a gestão financeira dos recursos postos à disposição das autoridades provinciais para a limpeza pública. É quando, a 20 de Julho, ao grupo de presentes nesta última reunião, juntaram-se o primeiro ministro em exercício, os directores da Bel, da Elisal do Gabinete Jurídico do GPL, para todos, em conjunto, irem ter com Roberto de Almeida. As discussões incidiram sobre a situação da limpeza da cidade de Luanda, à luz da paralisação das actividades da Urbana 2000 a partir de 23 de Julho. Foram analisadas as consequências provocadas pela acumulação de grandes quantidades de resíduos sólidos na zona urbana da capital. Essa reunião decidiu, então, ordenar o pagamento da dívida de cerca de 12.5 milhões de dólares contraída junto da Urbana 2000 num prazo mínimo de dez dias e rescindir o contrato que ligava o GPL a essa empresa. Receber os

equipamentos técnicos e instalações utilizadas pela Urbana 2000, a fim de serem devolvidas à Elisal. Não sendo possível pagar-se a dívida numa só prestação, deveria o Gpl negociar com a Urbana 2000 o pagamento de prestações contra a entrega dos meios da Elisal, fixando-se o prazo para a liquidação total da dívida.

Convidar a Urbana 2000 a participar no sistema de limpeza da cidade nos termos do novo modelo aprovado pelo Governo, tal como assegurar a execução do plano de emergência elaborado pelo Gpl, Elisale Bel, com vista a assegurar a situação criada pela paralisação da Urbana. Sobre este plano, leia detalhes nesta página.

5.5 Campanha de limpeza sensibiliza duas mil pessoas na Samba

Jornal de Angola....30-08-2004

Dois mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças, aderiram ontem, à segunda fase da campanha de limpeza aos arredores das valas de drenagem do município da Samba em Luanda.

A ideia do lançamento da campanha foi dos munícipes da Samba através da casa Quiosque, e visou saudar o 62º aniversário do Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Materiais como pás, vassouras e carros de mão, foram distribuídos aos munícipes, que limparam as respectivas áreas circundantes. Assistiu-se a um moral satisfatório por parte das pessoas aderentes, que com aquela contribuição, deixaram as respectivas áreas mais limpas.

Segundo o coordenador da Unidade Técnica de Saneamento Básico de Luanda, Joanes André, aquela foi a segunda fase da campanha, sendo a primeira, lançada em Junho deste ano. Ele afirmou que se esta disposição por parte dos munícipes se mantiver, Luanda será mais limpa e mais económica financeiramente, porque a limpeza é feita por empresas, e acarreta recursos financeiros.

Júnior Alberto, munícipe da Samba, disse que se cada munícipe seguir aquele exemplo, acredita que Luanda poderá ficar mais limpa. Outros munícipes corroboraram com a ideia. A iniciativa vai chegar nos próximos tempos em outros municípios de formas a ter uma Luanda mais limpa.

Assim, uma campanha de educação ambiental foi lançada nas escolas 17 de Setembro e Povo em Luta,

onde os alunos plantaram já 91 novas árvores.

Segundo Paulo Saldanha, responsável pela educação ambiental da Odebrecht, mais de 200 alunos têm a responsabilidade de cuidar do ambiente escolar.

6.0 SITUAÇÃO HUMANITÁRIA

6.1 Margareth Anstee deplora indiferença sobre Conferência de Doadores

Angop...10-08-2004

Margareth Anstee, membro do Conselho Consultivo do British Angola Forum, lamentou segunda-feira, em Luanda, que a ansiada Conferência Internacional de Doadores para a reconstrução de Angola ainda não tenha sido realizada e deplora a atitude de certa indiferença da comunidade internacional.

Anstee, antiga representante especial do secretário-geral da ONU em Angola, no período inicial do conflito armado pós-eleitoral, discorda da visão de que sendo Angola um país rico, os esforços da comunidade internacional deveriam ser mais direccionados para países mais carenciados. “Sinto muito que esta conferência continue adiada há tanto tempo. Acho que ela já devia ter tido lugar há muito”, disse, à saída de uma audiência com o primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos, a quem foi apresentar formalmente o relatório “O Futuro de Angola”, da autoria do Fórum. Aos jornalistas, Margareth Anstee apontou igualmente outros factores que também concorrem para a demora na convocação da Conferência, ressaltando a falta de progressos tangíveis nas negociações entre o governo angolano e as instituições financeiras como o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Evocando o conhecimento que tem de Angola, Anstee

disse que o seu futuro é muito importante, inclusive para a estabilidade de todo o continente africano, na mesma perspectiva em que no passado foi considerado um país estratégico durante o período da “guerra fria”.

O relatório, que contém informações políticas, económicas, sociais e culturais, será apresentado numa conferência, a ter lugar na próxima quarta-feira, na Universidade Católica de Angola (UCAN), em Luanda, pelo British Angola Forum. Na conferência deverão intervir o ministro-adjunto do primeiro-ministro, Aguiinaldo Jaime, para além da própria Margareth Anstee.

O documento é resultado de intervenções dos participantes numa conferência realizada em Novembro de 2003, na Grã-Bretanha. Os contributos foram prestados por governantes e membros da sociedade civil angolana. Os temas debatidos nessa conferência foram as perspectivas de paz, da economia, o processo de democratização e os caminhos a seguir, assim como foi apresentado o ponto de vista da comunidade internacional sobre o futuro de Angola. Esta será a terceira conferência do género, tendo a segunda sido realizada em 2002, com o tema “A Caminho de uma Paz Duradora: Os Desafios para Angola e a Comunidade Internacional”. A primeira realizou-se em 2001 e versou sobre a política externa do ocidente em relação a Angola.

O British Angola Fórum foi fundado em 1998, sendo o seu objectivo reunir organizações, empresas e individualidades interessadas em Angola, tanto do ponto de vista histórico como contemporâneo. A sua tarefa principal é fortalecer as relações entre Angola e o Reino Unido. Como organização independente e apolítica, o fórum tem por objectivo tornar-se num centro de excelência e pretende alcançar esse objectivo através do fornecimento de informações de qualidade, da participação em debates construtivos e da realização de investigações sobre assuntos angolanos.

O Fórum foi estabelecido sob os auspícios do Royal Institute of International Affairs (Chatham House). Do seu Conselho Consultivo constam igualmente nomes como os do bispo Donald Arden, o professor David Birmingham, a baronesa Linda Chalker, o lord William Deedes, o embaixador de Angola na Grã-Bretanha, António da Costa Fernandes, John Flynn CMG e Marrack Goulding.

6.2 Mais de 200 refugiados chegaram a Luanda

Jornal de Angola...23-08-2004

Um grupo de duzentos e 17 refugiados angolanos provenientes de Kinshasa, RDC, chegou Domingo a Luanda, no âmbito do programa de repatriamento organizado e voluntário do governo de Angola, apoiado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (HCR).

Os angolanos, transportados no Boeing do tipo UNK-3, em voo humanitário das Nações Unidas, serão encaminhados para a residência de familiares em Luanda, depois de prestada toda a assistência. De acordo com o oficial de informação do HCR, Fernando Mendes depois de feito o cadastramento, ainda no aeroporto, os regressados serão encaminhados para o beiral, onde receberão kits de assistência, sensibilização sobre o HIV/SIDA e sobre o perigo das minas. “Receberão também pacotes de assistência, que levarão consigo no seu destino final e que lhes serão úteis nos próximos meses de reintegração na sociedade”, disse. Segundo Fernando Mendes, este voo é o primeiro de uma série, aberta para o transporte directo dos refugiados angolanos que voluntariamente decidam regressar ao país.

“Este repatriamento tem carácter voluntário e na medida em que os refugiados se forem registando, manifestando a sua vontade de regressar a casa, o HCR programa os voos”, esclareceu.

A receber os refugiados angolanos estiveram no aeroporto internacional “4 de Fevereiro” responsáveis do Ministério da Assistência e Reinserção Social, do HCR e familiares. A segunda fase da operação de repatriamento voluntário e organizado de refugiados no exterior de Angola reiniciou a dois de Julho deste ano, tendo para essa etapa sido planificado o regresso ao país de 39 mil angolanos asilados na RDC. Estimativas oficiais, regularmente avançadas à imprensa, apontam a existência de cerca de 500 mil refugiados em países limítrofes, tendo regressado ao país desde Maio, cinco mil e 396 refugiados angolanos, dos quais 625 vieram da Namíbia para a província do Cunene, e 363 da Zâmbia para o Cazombo, Moxico, dos 120 mil programados para o repatriamento este ano.

Em 2003, mais de 130 mil refugiados angolanos voltaram as suas zonas de origem.

6.3 Angola pede ajuda da África do Sul para conferência de doadores

PanaPress...24-08-2004

O governo angolano solicitou a África do Sul a usar a

sua influência e o seu posicionamento privilegiado no mundo para apoiar a realização duma conferência internacional de doadores para a reconstrução de Angola.

O apelo foi formulado segunda-feira em Luanda pelo primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos, ao Vice-Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, que iniciou domingo uma visita oficial de quatro dias a Angola.

Fernando Dias dos Santos, que discursava num jantar oferecido ao Vice-Presidente sul-africano, disse que nesta fase de reconstrução todos os apoios que facilitem Angola sair da crise, rumo ao desenvolvimento, são bem-vindos.

“A África do Sul é um parceiro privilegiado nas relações com Angola e é por esta razão que ambos os países devem trabalhar para a construção dum futuro comum, tendo como alicerces a amizade e a solidariedade que os unem”, sublinhou o governante angolano.

Neste sentido, desejou a intensificação das relações de cooperação multifacética, ressaltando o facto de Angola precisar da transferência de conhecimentos técnicos e científicos que a ajudem a recuperar a sua economia e competir com outros países da região Austral e do mundo. Por seu lado, Jacob Zuma prometeu o empenho do seu país no incremento da cooperação nos sectores da agricultura, saúde, minas, energia, transportes, turismo, desporto e recreação, ciência e tecnologia, planificação urbana e defesa e segurança.

Nesta visita a Angola, o Vice-Presidente da África do Sul faz-se acompanhar duma delegação composta pelos ministros da Defesa, MGP Lekota, dos Transportes, JT Radebe, das Minas e Energia, PG Mlambo-Ngeuka, do Comércio e Indústria, MB Mpahlwa, e da vice-ministra das Minas e Energia, LM Xingwana, bem como por empresários do seu país.

6.4 Tele-Alimento traça programa para acudir vítimas da fome

Jornal de Angola...30-08-2004

Um programa de acção, visando reco-lher bens materiais e financeiros para apoiar famílias vítimas da fome, foi traçado, em Luanda, pelo Secretariado do Comité Nacional Tele-Alimento e instituições ligadas à biodiversidade alimentar.

Entre outros planos, prevê-se a realização de um amplo programa de sensibilização de pessoas, sobretudo empresários, consistindo em seminários acerca dos

males que a fome causa no mundo e as possíveis formas de contribuição para se me-lhorar a vida da população carente.

A campanha, que também poderá envolver políticos, músicos e outras individualidades, vai igualmente focar sua atenção à classe estudantil, por forma a cativá-la em acções de solidariedade.

No decurso das actividades, a realizar-se até o final do ano, estão previstas também visitas a vários locais, onde estão sendo desenvolvidos projectos de impacto social virados à produção alimentar, pesquisa e protecção ambiental.

Tele-Alimento é uma campanha anual preparada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), através de programas de rádio, televisão, palestras, concertos e outros eventos, visando angariar fundos e meios para ajudar as pessoas.

Iniciada em 1997 em Angola, o projecto já beneficiou mais de três mil famílias angolanas e é coordenado pelo ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Gilberto Buta Lutucuta.

7.0 TERRA E HABITAÇÃO

7.1 Governo homologa Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo

Angop...04-08-2004

O governo angolano promulgou numa das mais recentes edições do Diário da República a Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, revogando todas as demais disposições que a contrarie.

A política de ordenamento do território e do urbanismo tem por objecto o espaço biofísico constituído pelo conjunto dos solos urbanos e rurais, do subsolo, da plataforma continental e das águas interiores, com vista a acautelar as acções que se traduzem na ocupação, uso e na utilização dos espaços supramencionados. De acordo com a lei ora aprovada, o ordenamento do território visa em geral a criação de condições favoráveis, que garantam os fins gerais do desenvolvimento económico e social, do bem estar social, de defesa do ambiente e qualidade de vida dos cidadãos.

Incumbe ao Estado promover e orientar a política de ordenamento do território nos termos da lei e sua compatibilização com as políticas do desenvolvimento sócio-económico e cultural. As autarquias locais devem intervir no ordenamento do território das suas

respectivas áreas de jurisdição, enquanto as comunidades rurais podem participar de forma articulada nas acções de ordenamento do território e na elaboração de planos territoriais.

As pessoas colectivas e singulares, de acordo com o texto da lei, têm o dever de colaborar com o Estado, as autarquias locais e as instituições do poder tradicional na promoção do ordenamento do território.

As bases gerais da estrutura do ordenamento do território assentam-se essencialmente em princípios como a soberania territorial, unidade territorial e nacional, respeito e efectivação dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, domínio público, propriedade estatal dos recursos naturais e organização e divisão administrativa do território.

7.2 Parlamento aprova Lei de Terras

Jornal de Angola...11-08-2004

A proposta de Lei de Terras foi aprovada na generalidade ontem pela Assembleia Nacional, por 116 votos a favor, 59 contra e cinco abstenções, depois de discutida, na especialidade, em várias comissões daquele órgão legislativo.

A sessão extraordinária de ontem do Parlamento, presidida pelo vice-presidente, João Lourenço, aprovou igualmente a proposta de lei do regime aduaneiro do sector petrolífero, a proposta de lei reguladora das actividades petrolíferas e a proposta de lei sobre a tributação das actividades petrolíferas. A Lei de Terras, uma iniciativa do Governo, regula o direito à terra das comunidades rurais e o regime da sua utilização e transmissão.

O parecer da Comissão do Parlamento dos Assuntos Constitucionais, Jurídicos e Regimento da Assembleia Nacional indica que a Lei de Terras introduz, pela primeira vez, as noções de “domínio público e de domínio privado do Estado”.

O primeiro é constituído por bens insusceptíveis de apropriação privada, podendo nalguns casos ser objecto de actividade de exploração por pessoas físicas e colectivas, nacionais e estrangeiras, nos termos fixados por lei. De acordo com a deputada do MPLA, Angela Bragança, que apresentou o parecer da referida comissão, podem ser titulares no domínio público as

entidades de direito público como o Estado, os municípios e as autarquias locais.

O domínio privado é constituído por bens que o Estado possui e que, à seme-lhança do que acontece com os particulares, estão sujeitos a regras do direito privado. A lei consagra também um regime jurídico próprio para os terrenos rurais comunitários. O parecer da referida comissão diz ainda que a lei indica qual o objectivo que se pretende com a sua adopção, nomeadamente a resolução do problema habitacional da população, o tratamento adequado dos recursos naturais, cujo uso e aproveitamento releva do direito mineiro, agrário, florestal e de ordenamento do território.

Para o ministro do Urbanismo e Ambiente, Virgílio Fontes Pereira, o Parlamento aprovou um instrumento fundamental para o desenvolvimento do país. O ministro encarou a rejeição da oposição como consequência do exercício democrático, lamentando o comportamento de alguns partidos da oposição pela forma como geriu o processo que culminou com a aprovação da referida lei. O processo de votação da proposta de lei de terras foi precedido por três declarações de voto de três partidos da oposição. A UNITA foi a primeira a emitir a sua declaração na pessoa do seu presidente de bancada, Jerónimo Wanga, sugerindo a transferência para outra sessão da aprovação da referida proposta de lei, alegando “exclusão” de populares do processo de consulta.

O Partido Liberal Democrático (PLD) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) também se opuseram à aprovação da Lei de Terras.

O projecto de Lei de Terras é composto por 87 artigos, divididos em cinco capítulos, alguns dos quais subdivididos em secções e subsecções. A proposta de lei de terras, ora aprovada, foi apresentada e discutida na generalidade no dia 28 de Julho no Parlamento angolano. Nos dias 4, 5 e 6 de Agosto a proposta foi discutida na especialidade. Participaram na discussão especializada os deputados de várias comissões, que apresentaram propostas de eliminação, alteração e substituição de artigos da proposta de lei.

Entretanto, as três propostas de lei do Governo sobre o sector petrolífero passaram no Parlamento sem grandes dificuldades, ao contrário da Lei de Terras. A proposta de lei reguladora das actividades petrolíferas foi aprovada com 178 votos a favor, dois contra e uma abstenção, enquanto o projecto de lei sobre a tributação das actividades petrolíferas foi aprovado por 175 votos a favor, quatro contra e duas abstenções. A

proposta de lei do regime aduaneiro do sector petrolífero passou com 177 votos a favor, três contra e uma abstenção.

7.3 Comissão de Gestão apresentou programa de requalificação dos bairros operários e Sambizanga

RNA...17-08-2004

A Comissão para a Gestão e Administração do Governo Provincial de Luanda apresentou hoje publicamente, o programa de requalificação dos bairros Operário e Sambizanga.

A cerimónia contou com a presença de homens de negócios, escritores e associações de moradores que foram convidados a dar o seu contributo para o enriquecimento do projecto. O programa que ainda não é definitivo, contempla acções que visam o reordenamento do bairro Operário e a urbanização do Sambizanga. O referido programa ainda carece de contribuições de vários extractos da sociedade luandense, por isso o Coordenador da Comissão de Gestão de Luanda, Francisco Hígino Carneiro, alargou o leque de convidados à secção. Hígino Carneiro que é também o Super-ministro das Obras Públicas do governo angolano, disse à imprensa esperar por contribuições valiosas da sociedade sobre os bairros Operários e sambizanga. A notícia surge no dia em que o Coordenador da Comissão de Gestão de Luanda, assinou dois despachos, em que determina a aprovação do regulamento da publicidade da província de Luanda e no segundo decreto, o General Hígino Carneiro, determina o fim do pagamento da taxa pela exploração e transportação de recursos naturais que era cobrada pela Administração do Kilamba Kixaxi.

7.4 Rede-terra defende legalização de terrenos

Jornal de Angola...25-08-2004

O coordenador do projecto Rede-Terra, Augusto Neto, apelou ontem, em Luanda, à necessidade das instituições do Estado ligadas à gestão da terra no sentido de estarem capacitadas para atender a demanda da população, que queira legalizar a sua parcela de terreno em função da nova lei ora aprovada.

Segundo, Augusto Neto, que falava, ontem, durante a abertura do seminário sobre “Legislação Fundiária e Desenvolvimento Rural” a maior parte do acesso à terra ao longo dos anos foi feita por procedimentos informais.

“Logo com este círculo de ação de formação vai fazer com que as pessoas tenham conhecimento da lei e o acesso à terra através de procedimentos formais que a própria lei estabelece”, explicou.

Sendo o primeiro encontro após a aprovação da respectiva lei em que participam membros de várias províncias, segundo Augusto Neto, também é um exercício de facilitar as pessoas a conhecer os pressupostos a partir dos quais podem aceder ao direito à terra, nomeadamente nas vertentes dos direitos privado e de propriedade precária.

A ação de formação de três dias visa treinar os membros de diferentes comunidades a fim de obterem o conhecimento sobre o conteúdo da Lei de Terras.

Durante o seminário serão abordados temas como técnicas de advocacia da perspectiva da defesa dos direitos fundiários, cadastro no processo da gestão de terras, bem como técnicas de prevenção e resolução de conflitos na componente terra.